

TRABALHO FEMININO:

Trajetória de um Tema, Perspectivas para o Futuro¹

¹ Texto apresentado no seminário Desafios do Feminismo organizado pelo Museu Histórico Nacional Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos/UFRJ e Revista Estudos Feministas Rio de Janeiro 20/21 de maio de 1993 e no seminário temático Dilemas e Perspectivas dos Estudos de Gênero para os Anos 90 no XVII Encontro Anual da ANPOCS Caxambu 22 25 de outubro de 1993 com o título *Feminismo Estudos Sobre Mulher e Trabalho Feminino trajetórias e perspectivas para o futuro*

² SAFFIOTI Heleieth *A Mulher na Sociedade de Classes mito e realidade* São Paulo Livraria Quatro Artes 1969

³ BLAY Eva *A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista* São Paulo USP Departamento de Ciências Sociais Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas 1972 (tese de doutoramento posteriormente publicado pela Atica sob o título *Trabalho Doméstico a mulher na indústria paulista* 1978)

⁴ COSTA Albertina de O BARROSO Carmen & SARTI Cynthia *Pesquisa Sobre*

O tema do trabalho feminino foi a porta de entrada dos estudos sobre mulher na academia brasileira No final dos anos 60 e início dos 70 pesquisas que se tornaram clássicas na literatura sobre mulher como a de Saffioti² e a de Blay³ abordam a questão do trabalho rapidamente se tornando leitura obrigatória nas universidades A SBPC/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que nos primeiros anos da década de 70 havia se convertido em importante foro político face a falta de espaços alternativos inclui em sua programação em 72 os estudos sobre mulher com destaque para a questão do trabalho Na Fundação Carlos Chagas cujo Departamento de Pesquisas começava a se abrir para o tema a partir de uma preocupação com questões educacionais são realizados seminários versando sobre a condição feminina e no primeiro deles em 1974 o tema do trabalho feminino e debatido tomando por base uma análise do livro de Saffioti *A Mulher na Sociedade de Classes* no qual este ocupa lugar central Ano Internacional da Mulher 1975 constitui um marco a partir do qual a produção sobre o tema ganharia seu maior fôlego

A emergência do feminismo como movimento social no entanto e que como lembram Costa Barroso e Sarti⁴ criou as condições necessárias para a legitimação da condição feminina como objeto de estudo Segundo as autoras a existência do movimento organizado de mulheres estabeleceu um corte histórico a partir do qual a produção sobre mulher dentro das Ciências Sociais amplia-se e se torna mais crítica Apesar de nem todos os pesquisadores mobilizados pela questão se declararem feministas ou aderirem ao feminismo este legitimou o tema como problema científico Enquanto crescia o interesse por ele em

⁵SARTI Cynthia Trabalho
Feminino de olho na
literatura In *Literatura
Econômica* INPES Instituto
de Planejamento Econômi-
co e Social Rio de Janeiro
INPES 7 (1) p 1 196 1985

⁶COSTA Albertina de O
BARROSO Carmem & SARTI
Cynthia op cit

pesquisas e estudos formavam se grupos voltados para a reflexão e para a reivindicação política

Entre muitos outros assuntos pertinentes a condição feminina o tema trabalho foi privilegiado nos estudos de gênero tendo sido o primeiro a logo conquistar o selo da legitimidade inclusive nas universidades brasileiras Isto provavelmente aconteceu em primeiro lugar porque o trabalho como temática sempre foi predominante na teoria sociológica Em segundo lugar porque era um tema de grande importância para o feminismo que via nele um potencial transformador Em suas vertentes norte americana e europeia que muito influenciaram os movimentos de mulheres no Brasil o trabalho remunerado era visto como a estratégia possível de emancipação da dona de casa de seu papel subjugado na família Sarti⁵ lembra que a ideia de que a raiz da subordinação da mulher esta na sua exclusão do mundo produtivo era o fundamento do feminismo tanto em sua versão liberal como naquela de inspiração marxista constituindo uma referencia importante para tornar o trabalho feminino um problema teorico Herança da tradição marxista continua Sarti o feminismo brasileiro considerava a trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina contribuindo para que o interesse pela pesquisa sobre mulher convergisse para o tema do trabalho de legitimidade garantida tambem na academia onde a análise do modo de produção na sociedade capitalista ocupava posição de prestigio

Em um primeiro salto de qualidade rememoramos Costa Barroso e Sarti⁶ 1978 revela se um ano marco com duas iniciativas pioneiras e promissoras o seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina e o Concurso de Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas

Organizado pelo IUPERJ sob a coordenação de Neuma Aguiar o Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina reuniu no Rio de Janeiro pesquisadoras de toda a América Latina dispostas a debater o tema do trabalho feminino a partir de duas considerações a primeira de ordem mais teorica afirmava que as formas de atividade economica predominantemente desempenhadas por mulheres não eram adequadamente percebidas dentro do marco teorico do marxismo que imperava nas universidades latino americanas nos anos 70 Baseadas em pesquisas empiricas algumas adotando metodologias qualitativas ou estudos de caso outras tendo seu fundamento em dados censitarios ou macro sociais de outra ordem as propostas trazidas ao Seminário visavam discutir a inadequação ou insuficiência do marxismo

para entender e analisar o trabalho feminino visando superar tais deficiências. Outra consideração de cunho metodológico alertava para a inadequação dos instrumentos de levantamento de dados para captar informações sobre trabalho feminino. Representantes de organismos oficiais nacionais e internacionais como o IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a OIT/Organização Internacional do Trabalho e a CEPAL/Comisión Económica para América Latina y el Caribe participaram dos debates que visavam reformular conceitos e analisar as metodologias predominantes de levantamento de dados a fim de favorecer a visibilização da participação social das mulheres.

Primeiro de uma série que prossegue até hoje, o Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas oferecia pela primeira vez no país, com apoio da Fundação Ford, oportunidade para a realização de pesquisas sobre a condição feminina. No concurso de 1978, dos 127 projetos enviados, 52 versavam sobre o tema do Trabalho, perfazendo 40,9% das propostas. Dos 20 projetos que foram apoiados, nove analisavam, através de perspectivas variadas, o tema do trabalho feminino. Duas coletâneas contendo resultados das pesquisas vencedoras foram publicadas, uma delas *Trabalhadoras do Brasil*, inteiramente dedicada ao tema do trabalho feminino.

Analisando a produção sobre gênero na revista *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas ao longo de 20 anos de sua publicação, produção essa que corresponde a cerca de 14% do acervo de 550 artigos publicados até 1991, Costa e Bruschini⁷ mostram que, desde 1975, quando o tema da mulher entrou na publicação através de um número especial da revista em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, trabalho foi uma das questões privilegiadas, sendo focalizada em 20 dos 70 textos analisados. Os ângulos pelos quais a atividade das mulheres foi percebida acompanham tendências sobre a análise do trabalho feminino, tal como se expressaram nos estudos sobre mulher em geral, dedicando-se inicialmente a análises macro-sociais da participação feminina no mercado de trabalho, para só mais tarde incorporar a necessária articulação entre trabalho e família.

Os rumos principais do debate teórico sobre trabalho feminino

Um breve exame dos principais rumos seguidos pelo debate teórico em torno da questão do trabalho feminino revela que os impasses provocados por uma

⁷ COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. Uma Contribuição Impar: os cadernos de pesquisa e a consolidação dos estudos de gênero. *Cadernos de Pesquisa* (80). São Paulo: Fundação Carlos Chagas Cortez, fev. 1992, p. 91-99.

⁸RODRIGUES Jessita M. A. *Mulher Operária: um estudo sobre as fezelas*. São Paulo: Hucitec, 1979.

forma de ver a participação feminina na sociedade brasileira pela ótica apenas da produção não demoraram muito a se revelar. Enquanto de um lado questionava se o papel libertador da atividade remunerada feminina em países não desenvolvidos⁸, de outro alertava se para a ausência, na maior parte dos trabalhos produzidos, de referências ao papel reprodutivo da mulher.

Na introdução da análise dos estudos sobre trabalho feminino realizados até o ano de 1976 e resumidos na *Bibliografia Anotada sobre a Mulher Brasileira*, Maria Moraes alertava que a força de trabalho não é uma categoria assexuada, definida exclusivamente pela oposição ao capital que comanda o processo produtivo. Na vida real, o sexo do trabalhador participa na definição da própria qualidade da relação entre Trabalho e Capital: as mulheres constituem uma parcela *sui generis* da força de trabalho, vivendo a dupla sujeição ao Homem e ao Capital. Aqueles que prometem para as mulheres o fim das discriminações para os dias em que elas estiverem ocupando os mesmos postos que os homens, dentro da produção remunerada, cometem o erro básico de exaurir o trabalho no trabalho remunerado ao excluir desta categoria nobre grande parte das atividades laborais realizadas pela mulher. Falar de mulher e excluir o trabalho doméstico constitui, portanto, uma maneira de deformar a realidade cotidiana do sexo feminino.⁹

⁹*Mulher Brasileira: Bibliografia Anotada 2*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas Brasileira, 1981, p. 34-35.

A coletânea *Trabalhadoras do Brasil* também anuncia, na introdução escrita por suas organizadoras, questões cruciais relativas ao tema, que iriam ser debatidas e aprofundadas nos anos seguintes. Concluiu um texto que contém muitas informações sobre a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: elas afirmam: procuramos alertar o leitor para a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho, para que se possa estimar mais corretamente o volume de atividades indispensáveis à produção social que as mulheres realizam diariamente. Apontamos também para a necessidade de considerar a trabalhadora como uma pessoa que ocupa uma posição dentro de uma unidade doméstica a qual, por sua vez, se encontra inserida em uma estrutura social mais ampla. Sem considerar estas questões, dificilmente será possível compreender a situação da trabalhadora brasileira.¹⁰

¹⁰BRUSCHINI Cristina & ROSEMBERG Fulvia (orgs) *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982, p. 21.

De fato, uma análise dos principais rumos toma dos pelo debate teórico sobre o trabalho feminino no Brasil revela que, de uma preocupação inicialmente centrada na incorporação ou expulsão da força de trabalho feminina do mercado sob os efeitos do capital

¹¹SARTI Cynthia op cit

os textos foram pouco a pouco revelando maior sensibilidade tanto para fatores culturais e simbólicos que também explicam a subordinação feminina quanto para a inserção das mulheres no espaço da reprodução familiar. Percorrendo a literatura sobre o tema Sarti¹¹ mostra como a primeira geração de estudos focalizou exclusivamente a ótica da produção sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na família. Mais tarde a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria também peso considerável na produção sobre o tema dando origem as primeiras discussões sobre o trabalho doméstico. Mas as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo afirma a autora quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família. Para a mulher a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas seja pelo entrosamento seja pela superposição.

Nos anos posteriores os estudos sobre o trabalho feminino tendo como pano de fundo o notável crescimento da força de trabalho feminina constatado nos dados do Censo de 80 questionam as primeiras pesquisas sobre o tema segundo as quais o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico não ampliavam necessariamente participação laboral feminina¹². Um novo salto de qualidade seria dado através dos estudos que concebiam o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Segundo esta linha de raciocínio representada por trabalhos como os de Hirata e Humphrey¹³ entre outros que buscam uma explicação mais geral do funcionamento do mercado capitalista a organização do processo de produção e de trabalho conta com a preexistência de relações sociais entre os sexos vigentes em todos os espaços sociais entre eles a fábrica e a família.

Descrevendo a produção teórica sobre o tema do trabalho feminino a partir da análise dos textos apresentados no GT Mulher na Força de Trabalho da ANPOCS cuja existência data de 1979 Lavinas e Castro¹⁴ também mencionam que os primeiros estudos buscavam romper com a invisibilidade o silêncio e a desvalorização que pesam sobre o trabalho feminino e privilegiaram as variáveis econômicas revelando desigualdades salariais segregação ocupacional e discriminações. Na segunda metade dos anos 80 uma nova tendência do GT a de refletir sobre as relações de poder e a dominação masculina se expressa nos textos analisados. A leitura de mais de cem textos apresentados ao longo de dez anos indica que a discussão sobre

¹²SAFFIOTI Heleleith op cit
BLAY Eva op cit
BRUSCHINI Cristina
Sexualização das Ocupações o caso brasileiro
Cadernos de Pesquisa (28)
Sao Paulo Fundação Carlos Chagas março 1979

¹³HIRATA Helena &
HUMPHREY John O
Emprego Industrial Feminino e a Crise Econômica Brasileira
Revista de Economia Política (4) out/ dez 1984

¹⁴LAVINAS Lena & CASTRO Mary G
Do Feminino ao Gênero a construção de um objeto In COSTA Albertina O & BRUSCHINI Cristina (org.) *Uma Questão de Gênero* Rio de Janeiro Rosa dos Tempos Sao Paulo Fundação Carlos Chagas 1992

mulher e trabalho nesse espaço academico caminhou na direção de uma proposta de analisar as relações sociais de gênero passando pela critica as explicações dicotomicas

Hoje e possivel afirmar que qualquer analise sobre o trabalho feminino procurando romper velhas dicotomias estara atenta a articulacão entre produçãõ e reproduçãõ assim como as relações sociais entre os generos Apesar de relativamente maduro no entanto o campo de estudos sobre o trabalho feminino busca ainda superar os impasses teóricos advindos com a introdução do conceito de genero Segundo Castro¹⁵

com o enfoque de gênero redireciona se a discussão para o humano diversificado e assimetrico em termos de relações entre os sexos com o cuidado de garantir o reconhecimento do ser homem e do ser mulher Não se trataria portanto de substituir uma historia dos homens por uma historia das mulheres ou traça las em paralelo mas entender a dinamica das relações sociais como sexualizadas No entanto contesta mais adiante a mesma autora sem considerar outras clivagens como etnicidade e geração alem do genero corre se o risco de permanecer no plano das idealizações conceituais

Enquanto isso em outras areas do conhecimento apenas recentemente começam a aparecer algumas repercussoes dos rumos mais inovadores seguidos pelo debate teórico sobre o trabalho feminino Lobo¹⁶ mostra que a discussao sobre esse tema não fazia parte sequer das preocupações da Sociologia do Trabalho permanecendo os estudos sobre a industrialização e a classe operaria centrais naquela disciplina impermeaveis a composicao do operariado brasileiro E so a partir dos anos 80 quando pesquisadoras que ja estudavam o trabalho feminino passam a problematizar a divisãõ sexual do trabalho na fabrica que o uso da categoria **gênero** começa a ser pensado por este campo da Sociologia que passa a incorporar questões como as diversas dinamicas na configuração de postos masculinos e femininos e a não permutabilidade entre ambos

O impacto do debate teórico na visibilização do trabalho feminino

Se os primeiros estudos sobre mulher voltados principalmente para o tema do trabalho feminino revelaram disposição para o uso de dados quantitativos e sensibilidade para apontar deficiências nas fontes disponiveis¹⁷ esta tendência não foi persistente na maior parte das pesquisas nos anos subseqüentes A

¹⁵ CASTRO Mary Garcia O Conceito de Genero e as Analises sobre Mulher e Trabalho notas sobre impasses teóricos *Cadernos CRH* Centro de Recursos Humanos Salvador Faculdade de Filosofia e Ciencias Humanas da Universidade Federal da Bahia (17) 1992 p 80-105 (94)

¹⁶ LOBO Elisabeth Souza O Trabalho como Linguagem o genero do trabalho In COSTA Albertina O & BRUSCHINI Cristina (org) *Uma Questao de Genero* Rio de Janeiro Rosa dos Tempos Sao Paulo Fundaçãõ Carlos Chagas 1992

¹⁷ AGUIAR Neuma (coord) *Mulheres na Força de Trabalho na America Latina analises qualitativas* Petropolis Vozes 1984 BARROSO Carmem L M & MELLO Guiomar N O Acesso da Mulher ao Ensino Superior Brasileiro *Cadernos de Pesquisa* (15) Sao Paulo Fundaçãõ Carlos Chagas dez 1975 p 47 77 MIRANDA Laura V A Educaçãõ da Mulher Brasileira e sua Participaçãõ nas Atividades Economicas em 1970 *Cadernos de Pesquisa* (15) Sao Paulo Fundaçãõ Carlos Chagas dez 1975 p 21 36 BLAY Eva op cit SAFFIOTI Heleleth op cit

¹⁸ CAPELLER Wanda M L (org) *A Metodologia de Estudos sobre Mulher* Rio de Janeiro Edipuc 1982

¹⁹ BRUSCHINI Cristina O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero In COSTA Albertina O & BRUSCHINI Cristina (org) *Uma Questão de Gênero* Rio de Janeiro Rosa dos Tempos São Paulo Fundação Carlos Chagas 1992

associação com o movimento feminista se por um lado legitimou o tema de outra parte gerou uma certa relutância em relação às metodologias quantitativas¹⁸. Tendo tido seu maior impulso através das pesquisas de opinião *surveys* e prévias eleitorais norte americanas os métodos quantitativos foram erroneamente identificados com a Sociologia positivista neutra e objetiva predominante nos estudos daquele país. Passaram então a ser vistos com certo menosprezo nos estudos feministas que propunham um conhecimento compreendido com a transformação da condição feminina privilegiando os estudos qualitativos as histórias de vida e as pesquisas participantes¹⁹.

Felizmente porém nos estudos sobre o trabalho feminino desde seu surgimento alguns grupos se dedicaram à crítica dos indicadores macro sociais existentes preocupando-se tanto com a exiguidade de informações sobre o trabalho feminino quanto com sua inadequação para a avaliação precisa da situação da mulher.

O Seminário IUPERJ/78 representou nesse sentido um verdadeiro marco. Na introdução do livro *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina análises qualitativas* (1984) que reúne parte dos textos nele apresentados há um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino. A maior parte das críticas se refere ao nível pouco adequado de mensuração sobre o trabalho feminino. Segundo elas a influência de organismos internacionais na elaboração das coletas induz ao uso de categorias adequadas a países desenvolvidos e pouco próprias à América Latina onde o capitalismo convive com outros modos de produção. Os censos latino-americanos tomam como referência a produção capitalista industrial escondendo o contexto doméstico a pequena produção mercantil ou o trabalho familiar não remunerado especialmente válido para as mulheres. O trabalho a domicílio destinado à produção de alimentos ou de roupas esconde-se nas atividades domésticas sendo omitido. As formas mediante as quais são elaboradas perguntas sobre a atividade feminina ocultam os dados e o trabalho da mulher é sub-representado. O período de tempo usado como referência para saber se a pessoa é ou não economicamente ativa afeta o volume de atividade encontrado. Quanto mais amplo o período maior será o componente rural feminino pois este contingente exerce muita atividade sazonal. O número de horas também afeta o cômputo do trabalho feminino tendo partido das participantes do Seminário a sugestão para que o tempo parcial e as atividades secundárias passassem a ser considerados nos levantamentos. Outra

importante sugestão formulada no encontro refere-se ao uso do conceito de *ciclo vital* nele incluídos o tempo de união a idade média dos conjuges o número e a idade de filhos e filhas a fim da melhor entender a atividade feminina A identificação das atividades realizadas na casa através de análises de orçamento tempo também é indicada como fundamental para detectar o volume de trabalho familiar principalmente das mulheres Críticas ao modelo domiciliar de Família assim como ao conceito de Chefe de Domicílio são formuladas pela primeira vez discutindo-se intensamente o fato de que o conceito de chefe de domicílio esconde tanto a autoridade das mulheres em casa quanto as atividades que elas fazem orientadas para o mercado

Embora nem todas as sugestões tenham sido incorporadas o Seminário IUPERJ iria ter nos anos seguintes impacto visível sobre as coletas de dados dos órgãos oficiais como é ilustrado a seguir

O documento *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil* (Fundação IBGE/UNICEF 1982) resultado de um convenio entre IBGE e UNICEF que prossegue até hoje é um bom exemplo deste efeito multiplicador Graças ao empenho de pesquisadoras que exerciam funções técnicas no IBGE e que participaram do Seminário do IUPERJ uma reunião realizada em Friburgo no Rio de Janeiro em junho de 1981 reuniu técnicos e pesquisadores para propor um plano tabular sensível às condições das mulheres crianças e famílias Embora limitadas aos anos de 1970 e 1977 uma vez que os resultados do Censo de 80 ainda não estavam disponíveis as tabelas contidas no *Perfil Estatístico* tiveram o efeito inovador de permitir a análise da atividade econômica das mulheres segundo alguns indicadores vitais como estado civil e número de filhos

No Recenseamento de 1980 pelo menos duas contribuições importantes das reflexões teóricas e metodológicas sobre o trabalho feminino podem ser apontadas A primeira delas diz respeito ao conceito de atividade/inatividade econômica Nos levantamentos censitários a categoria de inativos abriga indivíduos que não trabalham seja porque vivem de renda seja porque são considerados inaptos para o trabalho como os aposentados ou pensionistas doentes ou inválidos estudantes e donas de casa Apesar do considerável volume de atividade que se esconde sob a rubrica Afazeres Domésticos e que mantém ocupadas mulheres de todas as camadas sociais o trabalho doméstico não é contabilizado neste tipo de coleta como atividade econômica Além disso em virtude da maior difusão e aceitação social da função reprodutiva das mulheres a

atividade de dona de casa costuma ser declarada como a principal ocupação da respondente a não ser que ela exerça outras atividades claramente identificadas como profissionais seja porque são remuneradas seja porque consomem a maior parte de seu tempo. Este vies poderá ser agravado conforme a formulação das perguntas e a postura do entrevistador que imbuído também de preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade tende a classificá-la prioritariamente na função de dona de casa. No Censo de 1970 a má formulação do quesito sobre trabalho contribuiu ainda mais para intensificar a subenumeração da atividade feminina. Começando com uma dupla negativa a pergunta 22²⁰ apresenta como primeira alternativa de resposta a categoria Afazeres Domésticos o que pode ter induzido muitas respondentes a se declararem inativas pois para a mulher sobretudo se for casada e mãe a função reprodutiva e representada como prioritária. No Recenseamento de 1980 a reformulação da pergunta ampliando o tempo de referência e mudando a ordem das alternativas²¹ teve um efeito significativo na ampliação do número daquelas que se declararam trabalhadoras nessa data.

Outra contribuição dos primeiros estudos sobre trabalho feminino sobre o Censo de 80 diz respeito ao conceito de Chefe de Família. Até o Censo de 1970 a chefia da unidade domiciliar investigada era sempre atribuída ao homem mesmo que este não fosse o provedor da família. Os recenseadores recebiam a instrução de classificar mulheres como chefe de família somente quando estas fossem viúvas, desquitadas ou vivendo outra situação de ausência do provedor masculino. Na década de 70 a crítica dos estudos de gênero provocou uma significativa alteração na sistemática de coleta desta informação. A partir do Censo de 1980 o recenseador recebe a instrução de atribuir ao informante a tarefa de designar a pessoa que acredita deter a chefia familiar²².

Longe de ter atingido uma situação ideal basta lembrar que o Recenseamento de 90 só foi realizado em 1991 e até hoje aguarda-se a publicação de seus resultados. O levantamento de informações sobre a presença das mulheres nas atividades econômicas parece ter se beneficiado do impacto das críticas que vem sendo feitas sobre os marcos conceituais e as metodologias adotadas. Efeitos mais fluidos e de difícil mensuração também devem estar ocorrendo em consequência dos efeitos do feminismo nos meios de comunicação e na representação social, um número maior de mulheres tomando consciência de seu papel produtivo e se declarando trabalhadoras, um

²⁰Se não trabalha nem procura trabalho qual a ocupação que tem e considera principal?

²¹Trabalhou nos últimos 12 meses de 1/9/79 a 31/8/1980? pergunta 28 Se respondeu Sim assinale o retângulo 0 (trabalhou) e passe para o quesito 30 (qual a ocupação que exerceu habitualmente) Se respondeu Não indique a situação ou ocupação que tem obedecendo a ordem enumerada (a alternativa afazeres domésticos aparece como a oitava alternativa)

²²BRUSCHINI Cristina op cit

numero maior de recenseadores com sensibilidade para perceber se a entrevistada e mais do que uma dona de casa a ser classificada na categoria Inativa/Afazeres Domesticos

Por outro lado apesar de deficientes os dados existentes tem permitido extrair informações uteis sobre o trabalho feminino Com apoio em dados globais e oficiais tem sido possivel não so conhecer algumas características das trabalhadoras e de sua inserção no mercado de trabalho mas tambem contestar hipoteses sobre o trabalho feminino que nao encontraram respaldo na dinamica socio economica brasileira As estatisticas do Censo de 80 por exemplo mostrando a notavel expansao do ingresso das mulheres no mercado de trabalho nos anos 70 decada marcada pela industrialização e pelo crescimento economico contribuíram para contestar a tese de que as mulheres seriam aliadas do mercado de trabalho com a expansão do capitalismo que predominou na primeira geração de estudos sobre o trabalho feminino Dados posteriores referentes a decada de 80 ao contrario da anterior marcada por crises desemprego e inflação elevada mostraram que o intenso movimento de trabalhadoras em direção ao mercado não retrocedeu contradizendo a afirmação corrente de que as mulheres seriam as primeiras a serem expulsas do mercado em momentos de crise²³

²³ BRUSCHINI Cristina
Crescimento e Crise
trabalho das brasileiras
paulistas e nordestinas de
1970 a 1985 *Ciencia e
Cultura* volume 42 numeros
3/4 março/abril de 1990

Em suma como afirmamos em trabalho anterior a critica feminista aos dados e as fontes pode e deve ser feita em varias etapas começando pela busca de informações desde que a partir de um referencial teorico que incorpore as questoes de genero A titulo de exemplo lembre se que estatisticas sobre mão de obra desagregadas por sexo sempre estiveram presentes nos Censos PNAD/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios e outras fontes mas so depois que os estudos de genero mostraram a importancia da posição da trabalhadora na familia para a determinação das formas em que se da sua participação no mercado de trabalho e que elas passaram a ser analisadas em relação a outras sobre idade estado civil e posição na familia²⁴

²⁴ BRUSCHINI Cristina 1992
op cit

O impacto do debate teorico e da visibilização do trabalho feminino em demandas sociais e politicas

Se no nivel das fontes a reflexão sobre o trabalho feminino revela algumas conquistas como a maior visibilidade do trabalho feminino no que diz respeito as politicas publicas alguns dos ganhos mais consideraveis

se situam nos novos direitos adquiridos na Constituição de outubro de 1988 que serão analisados a seguir

A legislação sobre o trabalho feminino anterior a nova Constituição baseada em princípios como a fragilidade feminina a defesa da moralidade a proteção a prole a *natural* vocação da mulher para o lar e o caráter complementar do salário feminino - fundamentou-se em um ideal de família patriarcal encabeçada pelo homem e teve por objetivo proteger a trabalhadora em seu papel de mãe Impôs com isso uma série de restrições ao trabalho feminino Ao longo do tempo ditadas por transformações tecnológicas pela expansão do mercado de trabalho e por pressões das trabalhadoras inúmeras modificações foram introduzidas indicando que a lei é sempre passível de críticas e sujeita a reformulações Ao mesmo tempo porém nem sempre ela é cumprida além de não ser aplicável a uma parcela considerável de trabalhadoras A revisão crítica dessa legislação trabalhista datada dos anos 30/40 começou a ser empreendida a partir dos anos 70 e culminou nos anos 80 com a elaboração por vários grupos de mulheres de propostas a serem encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte através de canais como os Conselhos No Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo durante os anos de 87 e 88 discutiu-se em um foro semanal o *Espaço Constituinte* a legislação existente e com base nas informações mais recentes sobre a condição feminina elaboraram-se propostas estaduais que seriam posteriormente levadas ao âmbito federal Incorporando as demandas a *Carta aos Constituintes* afirmava que a legislação deveria ser cumprida e fiscalizada e todo desrespeito vigorosamente sancionado seus benefícios deveriam ser ampliados as categorias ocupacionais não atingidas Benefícios que a título de proteger a mulher acabavam por privilegiá-la em relação aos colegas do sexo oposto abrindo espaço para a discriminação deveriam ser revistos à luz das transformações tecnológicas relativas a processos de trabalho e saúde ocupacional Os debates realizados com as trabalhadoras e outros grupos de mulheres durante a elaboração das propostas revelaram a existência de duas posições de um lado defendia-se a igualdade entre trabalhadores de um e outro sexo exceto no que diz respeito a maternidade levando a defesa da eliminação do protecionismo contido na lei e da manutenção apenas das normas de proteção a trabalhadora gestante De outra parte defendia-se a manutenção de critérios diferenciados entre os sexos como a aposentadoria mais cedo para as mulheres com base no argumento de que já que a sociedade e

²⁵ BRUSCHINI Cristina
Trabalho da Mulher
Igualdade ou proteção?
Cadernos de Pesquisa (61)
São Paulo Fundação Carlos
Chagas maio 1987

desigual e desfavorece as mulheres deve lhes alguma forma de compensação. Igualdade ou proteção eram naquele momento as palavras de ordem do grande debate²⁵

O exame do artigo 7º do Capítulo II da Constituição de 88 (*Dos direitos sociais*) mostra que várias reivindicações das mulheres foram atendidas. De um lado eliminou-se certo protecionismo que impunha restrições ao trabalho feminino como a proibição do trabalho noturno perigoso ou insalubre que passou a ser vetado a todos os menores de 18 anos (inciso XXXIII). De outro assumindo as diferenças biológicas entre os sexos e entendendo a maternidade como função social a nova Carta mantém a licença gestante sem prejuízo do emprego e do salário estendendo-a para 120 dias (inciso XVIII) cria a licença paternidade (inciso XIX) e propõe assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores de ambos os sexos desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas (inciso XXV). A Constituição proíbe diferenças de salários de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo idade cor ou estado civil (inciso XXX) propõe a proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos (inciso XX) e assegura aos trabalhadores domésticos categoria composta em sua quase totalidade por mulheres e que em 1980 abrigava 20% de todas as trabalhadoras - quase todos os direitos válidos para os demais trabalhadores bem como sua integração à Previdência Social (parágrafo único).

Na legislação portanto atendendo a demandas das próprias interessadas várias conquistas formuladas a partir dos novos conhecimentos sobre a situação social das mulheres foram obtidas. Apesar das reações provocadas em diversos setores da sociedade e dos temores das próprias interessadas de que os novos direitos pudessem provocar o desemprego feminino a atividade das mulheres não declinou nos anos subseqüentes nem mesmo entre aquelas que tinham filhos. De 1988 para 1989 as taxas de participação das mães não sofreram alteração: 41,4% delas participavam do mercado de trabalho paulistano na primeira data e 41,9% passaram a fazê-lo no ano seguinte²⁶. A todos os que questionavam a pertinência das medidas ou apontavam os seus defeitos a evidência de alguns dados mostrava condições concretas para seu sucesso. Entre elas a intensidade da queda da fecundidade em todas as regiões do país tanto no meio urbano quanto no rural desde os anos 70 a baixa porcentagem de trabalhadoras com carteira assinada pelo empregador (em 1985 era de 54% na zona urbana e 14% na rural) e

²⁶ PESQUISA Emprego e
Desemprego na Grande São
Paulo *Maternidade e
Trabalho da Mulher na
Grande São Paulo Depois
da Nova Constituição* São
Paulo Fundação Seade
nº 63 dez./fev. 1990

portanto com acesso aos direitos trabalhistas o baixo custo adicional das novas medidas (0,09% no caso da licença maternidade e 0,13% no caso da licença paternidade) segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria junto a 150 empresas de médio e grande porte e os salários mais baixos pagos a trabalhadoras em relação aos colegas do sexo oposto. Um dos argumentos mais fortes em favor da inevitabilidade das novas medidas no entanto veiculado pelos jornais logo após a promulgação da Constituição foi o da divisão sexual do trabalho e da concentração de trabalhadoras em guetos femininos. Entre inúmeras notícias dos principais jornais paulistas por nós analisadas²⁷ destaca-se aquela na qual a diretora de uma grande indústria do vestuário afirma ser impossível mudar o perfil da mão de obra dividida em masculina e feminina ilustrando aquilo que os estudos de gênero sobretudo na vertente da divisão sexual do trabalho já vinham afirmando: ela diz que mesmo que os empresários quisessem dispensar as mulheres dificilmente os homens as substituiriam pois não se adaptariam a setores identificados com o mundo feminino como o de costura e de confecções.

²⁷ BRUSCHINI Cristina Trabalho Feminino conquistas e propostas (mimeo) Apresentado durante o seminário Sociedade Política e Relações de Gênero no Simposio Políticas Públicas e a condição feminina no Brasil contemporâneo Universidade de São Paulo/ Núcleo de Estudos e Relações Sociais de Gênero/ Departamento de Sociologia junho 1989

Conquistas, impasses e perspectivas para o futuro

Atualmente a luz dos dados mais recentes sobre o trabalho feminino o maior desafio do feminismo e dos estudos de gênero parece ser o de reformar a luta em duas frentes a da igualdade entre os sexos no mercado de trabalho e a da proteção a trabalhadora na reprodução.

As informações disponíveis até 1990²⁸ revelam que as mulheres continuam ingressando no mercado de trabalho e nele permanecem diversificando os espaços ocupados. Em 1990 39,2% das brasileiras trabalham e o número de trabalhadoras atinge a cifra dos 23 milhões 18 dos quais concentrados nas cidades. De 1981 a 1990 8 milhões de trabalhadoras entram no mercado de trabalho num ritmo constante e intenso de crescimento. Os dados também indicam alterações no perfil da força feminina de trabalho que poderão ter consequências significativas sobre as políticas necessárias para a atenção as trabalhadoras e suas famílias: na década de 80 são as mulheres maduras casadas com responsabilidades familiares aquelas que mais aumentam sua participação laboral. No período de 1981 a 1990 as mulheres de todas as idades trabalham mais porém

²⁸ BRUSCHINI Cristina O Trabalho da Mulher no Brasil tendências recentes (mimeo) Texto elaborado para a UNICEF maio de 1993

mais ainda dos 30 aos 39 anos faixa na qual quase 55% das mulheres são ativas. Entre as esposas enquanto 20% trabalhavam em 1980 quase 38% passaram a fazê-lo em 1990.

Embora não se disponha ainda de dados mais desagregados sobre as ocupações nas quais se situam as mulheres, o exame dos setores de atividade nos quais elas estão se engajando revela presença mais acentuada no comércio, nas atividades administrativas e na administração pública, atividades urbanas e com maior probabilidade de serem formalizadas. A porcentagem de trabalhadoras com carteira assinada atinge 57% no setor urbano e aumenta no rural onde de menos de 10% em 1981 as registradas chegam a 18% em 1990.

Apesar da conquista de novos espaços as mulheres ainda são discriminadas no mercado de trabalho. Encontram um leque de oportunidades mais limitado do que o dos homens, maiores barreiras para ocupar cargos de chefia e continuam ganhando menos do que seus colegas. Embora seja possível afirmar, observando os dados, que houve certo ganho salarial para as trabalhadoras na década de 80 a presença feminina nas faixas salariais mais baixas continua sendo muito mais expressiva do que a masculina e o percentual de mulheres que ganham salários mais elevados ainda é inferior ao de homens. Em 1990 segundo dados da PNAD por nós analisados enquanto 4,5% dos trabalhadores brasileiros ganhavam em média menos de 1/2 salário mínimo por mês, quase 12% das trabalhadoras encontravam-se na mesma situação. Na mesma data 6,4% dos homens e 3,9% das mulheres que trabalhavam recebiam mais de 10 salários mínimos mensais.²⁹

²⁹ Ibidem

Tudo leva a crer, portanto, que a sociedade, apesar de ter condições e interesse de absorver a presença feminina no mercado de trabalho, não parece disposta a fazer grandes mudanças na forma discriminada e de elevado custo social para a trabalhadora com que o vem fazendo, a não ser que as próprias interessadas retomem os níveis anteriores de mobilização por demandas sociais e políticas.

Uma vez que a presença das trabalhadoras se torna mais marcante no meio urbano, nas regiões mais desenvolvidas e nos setores mais formalizados da economia, as dificuldades encontradas por elas - que são mais velhas, casadas e com responsabilidades familiares - para conciliar atividades domésticas e profissionais se tornam mais agudas e evidentes. Por outro lado, na atividade rural ou mais informal da economia, onde a conciliação de tarefas é mais viável

os rendimentos são inferiores e instáveis e a trabalhadora não tem garantidos os seus direitos

Por isso é fundamental não abandonar a luta por políticas sociais que criem condições concretas para que sejam ampliadas as possibilidades de escolha das mulheres com ou sem responsabilidades familiares - de ter ou não uma atividade econômica remunerada mais regular a fim de que possam ter acesso aos benefícios trabalhistas previstos na Constituição

Mas é preciso investir em duas frentes. De um lado proteção especial para as mães e benefícios que facilitem a todas as trabalhadoras a realização de suas múltiplas tarefas. Alguns desses benefícios - no entanto como creches e períodos escolares mais extensos - deveriam ser estendidos a todas as crianças. Outros como jornadas parciais de trabalho e/ou flexibilização de horários - deveriam ser planejados para trabalhadores de ambos os sexos de tal forma que homens e mulheres pudessem contar com condições concretas para conciliar suas atividades domésticas e profissionais

A outra frente de atuação deveria ser a da demanda por oportunidades iguais de trabalho para homens e mulheres com credenciais semelhantes. Nesse caso propor mecanismos capazes de viabilizar a implementação da *proteção do mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos nos termos da lei* medida que está expressa na nova Constituição (inciso XX do artigo 7^o) pode ser um primeiro passo. Alguns projetos encaminhados pelo CNDM/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher à Câmara Federal em 1989 sugerem como fazer isso. Um deles propunha benefícios fiscais para empregadores que apresentassem incremento no percentual de mulheres em seu quadro de trabalho e equiparassem a média dos salários do sexo feminino ao masculino. Outro sugeria que fosse proibida a publicação de anúncios de emprego determinando o sexo, cor, idade ou situação familiar do candidato³⁰

Muitas outras demandas poderão vir a ser formuladas. Nenhuma delas, porém, poderá ser realmente eficaz sem uma profunda reformulação na organização familiar. Uma família mais igualitária, com uma divisão de trabalho que leve os homens a partilhar com as companheiras tanto as responsabilidades profissionais quanto as familiares e domésticas, e condição para a conquista da cidadania pelas mulheres.

Juntos, os estudos sobre o trabalho feminino - contribuindo com o debate teórico e com o levantamento de dados confiáveis e atualizados - e o feminismo dos anos 90 - através de seus atuais canais

³⁰BRUSCHINI Cristina 1989
op cit

de expressão desempenham papel decisivo nesse contexto. A retomada e o aprofundamento do debate sobre igualdade e proteção parece ser uma perspectiva bastante estimulante para os próximos anos da década de 90.

As últimas publicações do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos - CIEC - podem ser encontradas no próprio Centro ou solicitadas por reembolso postal.

Alguns títulos

Serie Quase Catalogo

nº 2 **Artistas Plásticas no Rio de Janeiro 1975 1985**
Organizado por Heloisa Buarque de Hollanda

Serie Papeis Avulsos

nº 41 **Matriarcas de Pernambuco Mulheres, testamentos e inventários** Luzila Gonçalves Ferreira

nº 42 **Cidade de Modernismos** Beatriz Resende

nº 43 **Alice por acaso por ai** Gizêlda Melo do Nascimento

nº 44 **Em busca de uma historia dos judeus no Brasil** Samy Katz

nº 45 - **Memorias de velhos e familia** Myriam Moraes Lins de Barros

nº 46 **Sobre rock, jornais e Brasil** Patricia Farias

Universidade Federal do Rio de Janeiro Escola de Comunicação CIEC / Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporaneos Avenida Pasteur 250/fds 22295 900 Rio de Janeiro Brasil Tel e fax (021) 275 1647

